

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA MODALIDADE À DISTÂNCIA NO IFCE

Flávia de Carvalho Ferreira ¹

RESUMO

A avaliação de políticas públicas propicia melhoria dos investimentos oficiais, pois reverbera como importante instrumento de análise dos resultados obtidos, fomentando reestruturações nos programas e/ou projetos. A elaboração deste artigo foi sugerida como atividade da disciplina Indicadores Sociais e Estatística Aplicada nas Ciências Humanas, integrante do Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), tendo como objetivo principal discutir o processo de avaliação de políticas públicas, neste caso específico, a avaliação da política de formação de professores na modalidade à distância no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), proposta no projeto de pesquisa submetido ao referido curso. A metodologia da pesquisa realizou-se de acordo com uma abordagem qualitativa utilizando como estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica. No decorrer do texto apresenta-se a Fundamentação teórica, abordando a importância de se avaliar as políticas públicas, fazendo um breve resgate histórico sobre o assunto, expõe-se a avaliação da Política mencionada, através da síntese do citado projeto de pesquisa, e evidencia-se como se avaliar uma política pública. Colaboraram com este estudo, principalmente os autores: Flexor e Leite (2006), Costa e Castanhar (2004) e Worthen (2004). Conclui-se que este estudo contribuiu para a melhoria da avaliação do desempenho da Política proposta no projeto, cooperando para a realização da posterior pesquisa e consequente escrita da dissertação. Assim planejou-se uma avaliação baseada em: um planejamento consistente, estabelecendo relações causais entre atividades promovidas e resultados alcançados; definição de critérios para analisar a Política a partir das prioridades verificadas; definição de padrões para julgamento do desempenho da Política; e utilização de metodologias que contemplassem a avaliação de resultados. Ressalta-se que a avaliação de programas educacionais ainda está amadurecendo como campo, sendo considerada ainda como fenômeno recente, contudo, é imprescindível sua importância no cenário socioeconômico e político brasileiro, sendo extremamente necessária sua efetivação.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas, Educação a Distância, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

No campo das Políticas Públicas o ato ou efeito da Avaliação destas, promove um melhor emprego das aplicações governamentais, repercutindo como essencial ferramenta de suporte para análise dos resultados alcançados, suscitando reformulações nos projetos e/ou programas.

¹ Mestra em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Servidora efetiva do IFCE. E-mail: flaviadecarvalhoferreira@hotmail.com.

Segundo Flexor e Leite (2006) a Avaliação de Políticas Públicas consiste em observar os efeitos atribuídos a ação do governo, sendo uma atividade normativa, individual ou coletiva, e os avaliadores agem em função de quadros de referências e valores, e de suas percepções.

Na última década a procura por dados sociais e demográficas para pautar Políticas Públicas no país tem sido crescente. Entretanto, Avaliar Políticas Públicas não é algo fácil de se fazer, pois envolve uma série de procedimentos, conceitos, recursos humanos e financeiros, e organização de sistemas, que norteiam essa ação, porém, sua efetivação é muito necessária.

A escrita deste artigo justifica-se como atividade avaliativa da disciplina Indicadores Sociais e Estatística aplicada nas Ciências Humanas, integrante do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e teve como principal finalidade discorrer acerca do processo de Avaliação de Políticas Públicas.

No que tange à metodologia da pesquisa, esta empreendeu-se em conformidade com uma abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica foi a estratégia metodológica escolhida para a constituição do estudo.

Contribuíram com a fundamentação teórica desta pesquisa, em especial os autores: Flexor e Leite (2006), Costa e Castanhar (2004), e Worthen (2004).

No transcorrer do texto apresenta-se a Fundamentação teórica, abordando a importância de se Avaliar as Políticas Públicas, elencando um breve resgate histórico sobre o assunto, inicialmente no cenário global, e em seguida no cenário nacional, na sequência evidencia-se a Avaliação da Política de Formação de Professores na Modalidade à Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), por meio de um resumo do citado projeto de pesquisa, e posteriormente, discorre-se sobre Como se Avaliar uma Política Pública. Ao final enuncia-se as considerações finais e referências.

Os resultados da pesquisa evidenciam que este estudo contribuiu para a melhoria da avaliação do desempenho da Política proposta no projeto. Desta maneira, planejou-se uma avaliação que teve por fundamento: um planejamento consistente, definindo relações causais entre atividades produzidas e resultados obtidos; definição de critérios para analisar a Política a partir das prioridades elencadas; designação de padrões para julgamento do desempenho da Política; e uso de metodologias que englobassem a avaliação de resultados.

Através da Avaliação de Políticas Públicas busca-se maior eficácia das aplicações governamentais, sendo, portanto, fundamental a sua importância no cenário socioeconômico e político brasileiro.

O estudo promovido, cooperou sobremaneira para a realização da posterior pesquisa e consequente escrita da dissertação de mestrado. Ressalta-se que a avaliação de

programas/projetos educacionais ainda está amadurecendo como campo, sendo considerada ainda como fenômeno recente, contudo, é extremamente necessária sua efetivação.

METODOLOGIA

No que se reporta à metodologia da pesquisa, esta efetivou-se conforme uma abordagem qualitativa. Lando (2020) sobre a pesquisa qualitativa, afirma que é uma abordagem que pressupõe que o significado atribuído ao fenômeno é mais significativo que sua quantificação.

A pesquisa bibliográfica foi a estratégia metodológica empregada na pesquisa. A pesquisa bibliográfica, segundo Severino (2007), se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, e etc. Ainda complementam, Marconi e Lakatos (2003), que a pesquisa bibliográfica é um compêndio geral sobre os principais trabalhos já realizados, cobertos de relevância, por serem capazes de fornecer informações atuais e relevantes relacionados ao tema. A revisão da literatura e seu consequente estudo sobre o assunto escolhido, pode contribuir para a organização da pesquisa.

Diante do exposto, a revisão da literatura sobre Avaliação de Políticas Públicas colaborou demasiadamente para a realização do estudo em questão, a análise da Avaliação da Política Pública proposta no projeto submetido ao curso de mestrado mencionado.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para a melhor compreensão da importância da Avaliação de Políticas Públicas, apresenta-se na sequência, um breve resgate histórico sobre o assunto, inicialmente no cenário global, e em seguida no cenário nacional, posteriormente, enuncia-se a Avaliação da Política de Formação de Professores na Modalidade à Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), por meio de uma síntese do citado projeto de pesquisa, e depois, discorre-se sobre Como se Avaliar uma Política Pública.

Breve resgate histórico sobre Avaliação de Políticas Públicas

Fazendo um breve resgate histórico, Worthen (2004) declara que durante o século XIX, a insatisfação com os programas educacionais e sociais na Grã-Bretanha promoveu movimentos de reforma nos quais comissões governamentais que haviam sido nomeadas pelo rei colhiam

depoimentos e usavam métodos pouco formais para "avaliar" as instituições e isso levou aos sistemas, existentes até hoje, de inspeções gerais nas escolas da Inglaterra e da Irlanda.

Avançando no percurso histórico, Worthen (2004) afirma que o final do século XIX também viu o início dos esforços para credenciar universidades e escolas dos Estados Unidos, embora esse movimento só tenha se tornado realmente uma força potente para a avaliação das instituições educacionais após a década de 1930, com a criação de influentes associações regionais de credenciamento. O autor complementa (WORTHEN, 2004, p. 09):

A década de 1940 viu um período de consolidação de métodos mais antigos de avaliação. [...] A década de 1950 e o início dos anos 1960 também envolveram esforços consideráveis para melhorar a abordagem tyleriana ensinando os educadores a apresentar objetivos em termos explícitos, mensuráveis, e oferecendo taxonomias de possíveis objetivos educacionais no domínio cognitivo (Bloom, Engelhart, Furst, Hill e Krathwohl, 1956) e no domínio afetivo (Krathwohl, Bloom e Masia, 1964).

Worthen (2004) salienta que, dos programas financiados na época, foram patrocinadas as avaliações da maioria deles e os estudos resultantes revelaram a fragilidade conceitual e metodológica da avaliação naquela época. A maioria dos estudos dependia de conceitos e técnicas importados da pesquisa das ciências sociais sendo inadequados para a avaliação de programas escolares. Assim, os cientistas e implementadores da área da educação tiveram que aproveitar o que puderam da pesquisa aplicada nas áreas sociais e comportamentais. Aqueles pesquisadores não estavam preparados para as tarefas complexas de identificar as influências dos vários componentes de um programa escolar. Vistas em conjunto, essas avaliações tiveram pouca utilidade para a Educação. E Worthen (2004, p. 15) conclui: “Em retrospectiva, parece inevitável que as "avaliações" resultantes fossem inadequadas”.

Segundo Worthen (2004) a avaliação formal de programas educacionais e outros programas públicos, seja no setor privado ou não, ainda está amadurecendo como campo, tendo ocorrido um desenvolvimento mais acelerado nas últimas quatro décadas e completa que, há quase quinze, alguns analistas já detectaram um crescimento substancial desta prática. Corroborando com esta afirmação, Flexor e Leite (2006, p. 01), declaram:

Com o desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social nos países industrializados e os esforços desenvolvimentistas na periferia, houve a partir dos anos 1960 um crescente interesse pelo estudo das políticas públicas. Esses processos políticos, sociais e econômicos que acompanharam a transformação do Estado a partir da segunda metade do século vinte resultaram na emergência de um novo campo de investigação social que podemos denominar de análise das políticas públicas.

Quando se foca no cenário brasileiro, Costa e Castanhar (2003) alertam que historicamente, na nossa administração pública não havia a preocupação de avaliar programas

públicos, em geral, e programas sociais, em particular, e que durante anos, a produção de conhecimento técnico na busca da melhoria dos padrões de gerenciamento do setor público sempre esteve muito mais voltada para os processos de formulação de programas do que para os relacionados à sua implementação e avaliação. E afirma que existem evidências de que esse desinteresse histórico está sendo minimizado rapidamente em virtude das profundas transformações observadas na sociedade e no Estado brasileiro desde meados dos anos 1980 e, particularmente, em anos mais recentes.

Nos anos 1980, a crise da dívida externa e a interrupção de um longo ciclo de crescimento econômico evidenciaram mais fortemente as desigualdades sociais presentes na realidade do país. E assim a conjuntura econômica desfavorável provocou um acréscimo da demanda por ações e serviços sociais, principalmente os de natureza compensatória (COSTA e CASTANHAR, 2003).

Sobre a importância da Avaliação de Políticas Públicas, Costa e Castanhar afirmam que:

A avaliação sistemática, contínua e eficaz desses programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas, dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz (2003, p. 03).

Diante do exposto, apreende-se que através da Avaliação de Políticas Públicas busca-se obter maior eficiência dos investimentos governamentais em programas sociais.

Avaliação da Política de Formação de Professores na Modalidade à distância no IFCE

Focando na Política de Formação de Professores na Modalidade à Distância no IFCE, no que tange a Avaliação, convém fazer uma explanação do tema, para tal, apresenta-se a seguir o resumo do projeto de pesquisa proposto no programa de mestrado citado anteriormente.

A pesquisa teve como tema “Dez anos de EaD no IFCE: um Estudo sobre a Política de Formação de Professores a Distância”, seu objetivo geral foi compreender o desenvolvimento da Política de Formação de Professores na modalidade a distância no IFCE por meio das ações da Diretoria de Educação a Distância (DEaD), no recorte temporal 2007 a 2017.

O IFCE é uma tradicional instituição tecnológica que tem como marco referencial de sua história a evolução contínua com crescentes indicadores de qualidade. Sua história inicia-se em 1909, como a Escola de Aprendizes Artífices. Em 1968, recebeu a denominação de

Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), iniciando uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional com elevada qualidade (IFCE, 2015)².

A ETFCE foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-Ce), mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948 de 1994, porém a implantação efetiva do CEFET-Ce somente ocorreu pelo Decreto de 22 de março de 1999 (IFCE, 2015)³.

Os CEFET's constituíram-se em autarquias federais, vinculadas ao Ministério da Educação, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica. No que concerne às licenciaturas (BRASIL, 2004, n.p) em seu Art. 4º, estabelece que os CEFET's, têm como um de seus objetivos "ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica"

Em 2006 foram criados os cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física, ambos na modalidade presencial. Em 2007, foi criada a Diretoria de Educação a Distância (DEaD), através do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e passou a ser ofertando o curso de Licenciatura em Matemática, na modalidade semipresencial. Assim teve início a Política de Formação de Professores na Modalidade a Distância, no então CEFET-Ce.

O CEFET-Ce tornou-se IFCE, através da lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) tendo como um de seus objetivos, a oferta de no mínimo 20% de suas vagas, em "cursos de licenciatura, [...] com vistas a formação de professores para a educação básica", logo, os IFs, instituições especializadas na oferta de educação profissional, assumem também a responsabilidade de formar professores (SILVA et al., 2016).

A Educação a Distância (EaD) vem progressivamente ocupando papel de destaque no cenário educacional brasileiro, promovendo uma maior democratização no acesso ao ensino superior. Maia e Mattar (2007) declaram que várias instituições de ensino superior estão credenciadas em nosso país para oferta de diversos cursos de graduação.

No que tange aos pressupostos teóricos, pelo interesse da pesquisa, as investigações focaram nas duas últimas décadas, quando houve um número crescente de iniciativas voltadas a melhorar a qualificação dos professores, principalmente das redes estaduais e municipais.

O Ensino Superior brasileiro demonstrou crescimento nos últimos anos, decorrente da melhoria da qualidade de vida e dos investimentos do Governo Federal com a criação de universidades e institutos federais. A interiorização do Ensino Superior e os financiamentos às instituições privadas por meio de programas favoreceram o ingresso de uma camada da

² Disponível em: https://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/o-campus. Acesso em 15/02/2023.

³ Disponível em: https://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/o-campus. Acesso em 15/02/2023.

sociedade que estava à margem do ensino superior (SILVA, 2015). O Governo Federal, visando melhorar a qualidade da Educação a Distância, importante aliada para a efetivação da Política de Formação Docente, gradualmente vem apoiando este ensino, através de diversas ações e normatizações.

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996, n.p) definiu em seu art. 80 “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. A mesma lei, a partir de 1996, incentivou a formação de professores, pois esta definiu os níveis de qualificação docente para atuação na educação básica.

Nesse sentido, Souza (2014) reconhece o imprescindível papel da LDB na promoção da habilitação docente e ressalta, ainda, que o Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010, instituído pela lei nº 10.172 de 2001, reconheceu a necessidade de formação dos professores como um dos maiores desafios a serem superados na educação brasileira.

O Decreto nº 5622 de 2005 regulamenta o art. 80 da LDB, e estabelece (BRASIL, 2005), que a educação a distância se organiza segundo metodologia, gestão e avaliação específicas, devendo estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais.

Em 2007, a Lei Federal nº 11.502 atribuiu à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica, com o objetivo de assegurar a qualidade desta formação. A Capes criou a Diretoria de Educação a Distância (DED)⁴, estando sob sua responsabilidade o sistema UAB.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído pelo Decreto nº 5800 de 2006, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, integrado por universidades públicas que ofereceriam cursos por meio do uso da metodologia da educação a distância⁵. Define-se Educação a Distância (BRASIL, 2005, n.p):

Caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Este sistema destina-se com prioridade aos professores que atuam na educação básica da rede pública, tendo como um de seus principais objetivos “fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância” (BRASIL, 2006, n.p). Além do citado, uma das muitas vantagens do sistema UAB, é o estímulo a criação de centros de formação

⁴ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia>>. Acesso em 02/12/2022.

⁵ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=7836>>. Acesso em 01/12/2022.

(polos presenciais) em localidades estratégicas, contribuindo para a universalização do acesso ao ensino superior, fortalecendo a escola no interior do Brasil.

Maia e Mattar (2007) relatam que o progresso da EaD e o surgimento de novas mídias interativas alteraram radicalmente o panorama do ensino e da aprendizagem, e nesse contexto novo, tanto alunos quanto professores, bem como instituições, passaram a desempenhar diferentes e desafiadores papéis.

Porém o mais importante na EaD é utilizar todos os recursos possíveis, para que o processo de ensino e de aprendizagem se estabeleça, e que as tecnologias sejam usadas com o intuito de diminuir a distância, promovendo a interação entre professor-conhecimento-aluno, pois, “o que dá sentido à Educação a Distância não é a dicotomia espacial e temporal, mas, ao contrário, sua capacidade de diminuir tal separação” (AMARILLA FILHO, 2011, p. 08).

Diante do exposto apreende-se que a EaD possui especificidades que a distinguem do ensino presencial e que muito foi feito no sentido de promover a Formação de Professores e a EaD, ao passo que agora podem caminhar lado a lado através da Formação de Professores a Distância, entretanto é importante salientar não se chegou ao ponto ideal, muito ainda se tem a fazer e a se efetivar sobre EaD.

Sobre os pressupostos metodológicos, pretendeu-se realizar a pesquisa segundo uma abordagem qualitativa. Utilizando-se estratégia metodológica o estudo de caso.

Os sujeitos da pesquisa previstos foram os integrantes da equipe da DEaD. Previu-se fazer um conjunto de entrevistas com estes profissionais e solicitar junto a DEaD, dados estatísticos referentes ao período da pesquisa. Pretendeu-se ainda fazer uma revisão da legislação nacional e suas atualizações, sobre a Política de Formação de Professores, inclusive a distância, bem como, as regulamentações internas do IFCE, principalmente relativas à EaD.

Encerra-se a apresentação da síntese do projeto de pesquisa que teve como compromisso, categorizar e analisar os achados da pesquisa, buscando sempre que possível, estabelecer um diálogo com o referencial teórico utilizado no texto dissertativo.

Como se Avaliar uma Política Pública

Segundo Costa e Castanhar (2004) sendo a Avaliação uma forma de mensurar o desempenho de programas, então se faz necessário definir medidas para a aferição do resultado obtido, essas são denominadas de critérios de avaliação.

De acordo com Costa e Castanhar (2004) embora se associe normalmente a avaliação de desempenho à mensuração de eficiência na gestão de programas públicos, este não é,

obrigatoriamente, o único e, eventualmente, nem o principal critério a ser utilizado na avaliação. A lista dos critérios que podem ser usados é vasta e a escolha de um, ou vários deles, depende dos aspectos que se deseja priorizar. Conforme o manual da UNICEF, os mais comuns são:

[...] eficiência — termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;
eficácia — medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas;
impacto (ou efetividade) — indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais;
sustentabilidade — mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término;
análise custo-efetividade — similar à ideia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; é feita a comparação de formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos, para ser selecionada aquela atividade/projeto que atenda os objetivos com o menor custo; [...]
equidade — procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário. Costa e Castanhar (2004, p. 05).

A Avaliação do desempenho de um programa requer ainda que se definam padrões para julgar esse desempenho. Podem ser: absolutos (quando as metas estabelecidas por um programa são consideradas como o padrão a ser alcançado); históricos (quando comparam resultados de um período com o obtido em períodos anteriores); normativos (quando comparam o desempenho de um programa com outros similares); teóricos (quando são os estabelecidos na própria elaboração do programa, sob a hipótese da obtenção dos resultados esperados, dado os recursos disponíveis); e negociados ou de compromisso (quando são aqueles que se baseiam em algum procedimento específico para sua fixação, geralmente decorrente de acordo entre as partes envolvidas na gestão de programa e os formuladores) Costa e Castanhar (2004).

Sobre o processo de Avaliação de Políticas Públicas, Costa e Castanhar (2004) informam que este será facilitado e mais útil se baseado em um planejamento consistente, que tenha condições de estabelecer: relações causais entre atividades e produtos; produtos e resultados que permitam atingir os objetivos estipulados; resultados que causem desdobramentos mais ou menos precisos e respondam pelo alcance de um objetivo específico; e efeitos que produzam o impacto desejado pelo propósito do programa, de tal modo que se busque fazer com que as atividades de fato corroborem para o alcance desse mesmo objetivo.

Costa e Castanhar (2004) relatam que um sistema de avaliação completo utiliza metodologias que contemplam a avaliação de resultados e a avaliação de processos. Na Avaliação de resultados considera-se que os resultados são definidos como constituídos por resultados imediatos, resultados (impactos) de médio prazo e resultados (impactos) de longo

prazo. Os indicadores de resultado mensuram os efeitos do programa: junto à população-alvo como um todo e junto aos usuários do programa. E sobre a avaliação de processo (COSTA e CASTANHAR, 2004 apud SCHEIRER, 1994, p. 40), informam que:

A avaliação de processo pode ser definida como a maneira de identificar o verdadeiro conteúdo de um programa público, se ele está sendo realizado como previsto, se está alcançando o público para o qual foi concebido e se os benefícios estão sendo distribuídos na intensidade prevista.

Sobre as dificuldades encontradas em se tratando de avaliação, Costa e Castanhar (2004) salientam que o grande desafio para a disseminação da prática da avaliação de programas ou projetos no setor público é, indubitavelmente, encontrar formas práticas de mensurar o desempenho e dispor à gestão dos programas, informações úteis para a avaliação sobre os efeitos de tais programas, necessidade de intervenções, ou mesmo da inviabilidade do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto em questão, pretendeu realizar a Avaliação da Política de Formação de Professores na Modalidade à Distância no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), projeto este submetido ao curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Desta feita, planejou-se uma avaliação baseada em: um planejamento consistente, estabelecendo relações causais entre atividades promovidas e resultados que permitissem alcançar os objetivos estipulados; definição de critérios (eficiência, eficácia, impacto ou efetividade, sustentabilidade, análise de custo-efetividade e/ou equidade) para analisar a Política a partir das prioridades verificadas; definição de padrões (absolutos, históricos, normativos, teóricos e negociados ou de compromisso) para julgamento do desempenho da Política; e utilização de metodologias que contemplassem a avaliação de resultados (imediatos, de médio prazo e/ou de longo prazo), utilizando-se dos indicadores de resultado que mensuram os efeitos do programa junto ao público alvo e usuários do programa.

Avaliar Políticas Públicas não é algo fácil de se fazer, pois envolve uma série de procedimentos, conceitos, recursos humanos e financeiros, organização de sistemas de dados estatísticas, dentre outros, que norteiam essa ação.

Através da Avaliação de Políticas Públicas busca-se maior eficácia das aplicações governamentais, sendo, portanto, fundamental a sua importância no cenário socioeconômico e político brasileiro.

Ressalta-se que a avaliação de programas/projetos educacionais ainda está amadurecendo como campo, sendo considerada ainda como fenômeno recente, todavia, é extremamente necessária sua efetivação.

O estudo promovido, neste caso específico, Avaliação da Política de Formação de Professores, mencionada anteriormente, cooperou profundamente para a realização da posterior pesquisa e consequente escrita da dissertação de mestrado.

REFERÊNCIAS

AMARILLA FILHO, Porfírio. **Educação à distância: uma abordagem metodológica e didática a partir dos ambientes virtuais**. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 41-72, Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982011000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05/01/2023.

BRASIL. Decreto nº 5224, de 1º de outubro de 2004. **Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5224.htm. Acesso em 15/03/2023.

_____. Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em 04/01/2023.

_____. Decreto nº 5800, de 08 de junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em 05/01/2023.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 05/01/2023.

COSTA, Frederico Lustosa da; e CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. RAP Rio de Janeiro 37(5):969-92, set./out. 2003.

FLEXOR Georges; LEITE, Sergio Pereira. 2006. **Análise De Políticas Públicas: Breves Considerações Teórico-Metodológicas** (Subárea 4: Economia e Estado – Sessão Ordinária). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/132137691/AnalisePolitica-Publica-Flexor-l>. Acesso em 15/02/2023.

LANDO, Felipe. **Método de pesquisa qualitativa: O que é e como fazer?** 2020. Disponível em: <https://www.academicapesquisa.com.br/post/m%C3%A9todoqualitativo-como-fazer>. Acesso em 25/09/2022.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD: A educação à distância hoje**. São Paulo: Pearson, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Edilene Teles da; FERREIRA, Flávia de Carvalho; e MACEDO Marcília Maria Soares Barbosa. **Currículo para formação de professores: Uma experiência em construção**. 2016. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/9e5cba_20c1768bd47849ff9209873575bd7b37.pdf>. Acesso em 04/01/2023.

SILVA, Francisco César Martins da. **Formação de Professores e as Tecnologias Digitais na Percepção dos Professores e Alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará**. 152f. Dissertação (mestrado) – UFC, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2015.

SOUZA, Valdinei Costa. Política de formação de professores para a educação básica: a questão da igualdade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 629-653. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gJHjZ8kcFHRWwbgxKHycWXG/abstract/?lang=pt>. Acesso em 15/02/2023.

WORTHEN, Blaine R. **Avaliação de programas: concepção e práticas** / tradução Dinah de Abreu Azevedo. – São Paulo: Editora Gente, 2004.